



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE AUDITORIA Nº , DE 2023

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o cancelamento de 2,9 milhões de pessoas do pagamento do Bolsa Família pelo Governo Lula.

Senhor **Presidente**,

Nos termos do art. 24, inciso X do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a a realização de Auditoria, com o auxílio do **Tribunal de Contas da União**, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o cancelamento de 2,9 milhões de pessoas do pagamento do Bolsa Família pelo Governo Lula.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento solicita uma auditoria detalhada, com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o cancelamento de 2,9 milhões de pessoas do pagamento do Bolsa Família pelo Governo Lula.

Apresentação: 05/10/2023 13:59:10.700 - CFFC

REQ n.372/2023





Isto porque, segundo noticiado¹, desde o início do ano, o governo Lula cancelou o cadastro de cerca de 2,9 milhões de pessoas do Bolsa Família. Os dados oficiais foram obtidos com exclusividade pela coluna. *"Foram canceladas 2.870.743 famílias entre janeiro e setembro de 2023"*, informa documento produzido pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Os ajustes, segundo o órgão responsável, fazem parte de uma análise detalhada com o objetivo de adequar o pagamento do benefício somente àqueles que verdadeiramente atendem aos critérios pré-estabelecidos. Durante o governo Bolsonaro, o programa foi renomeado para *"Auxílio Brasil"*, mas voltou ao nome original, *"Bolsa Família"*, na gestão de Lula.

O processo de revisão no programa teve início em março deste ano, quando o governo anunciou ter identificado 1,2 milhão de cadastros com renda mensal superior ao limite permitido para inscrição no Bolsa Família.

Em dezembro do ano anterior, 21,601 milhões de famílias foram beneficiadas, com um investimento de R\$ 13,017 bilhões. Já em setembro deste ano, o número de famílias contempladas foi de 21,478 milhões, com um desembolso de R\$ 14,583 bilhões. Isso sugere que, mesmo com os cancelamentos e a diminuição do número de beneficiários, houve inclusão de novos usuários no programa.

Em junho, Lula sancionou o decreto que institui o Novo Bolsa Família. A nova regulamentação estipula uma complementação de R\$ 50, por meio do Benefício Variável Familiar, para dependentes entre 7 e 18 anos e também para gestantes e lactantes.

¹ <https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/lula-cancela-milhoes-bolsa-familia>





O Bolsa Família foi instituído no primeiro mandato de Lula, em outubro de 2003, através de uma medida provisória, sendo posteriormente transformado em lei em janeiro de 2004.

Com efeito, desde longa data, o TCU tem realizado auditorias no aprimoramento dos controles efetuados pelos gestores de Benefícios no almejo de diminuir a ocorrência das irregularidades.

Tem-se que a metodologia de fiscalização do TCU teve início em 2015, com uso intensivo de ferramentas e técnicas de análise de dados denominada Fiscalização Contínua de Benefícios (FCB). Ela é aplicada ao controle das funções de governo de Previdência Social, Trabalho e Assistência Social. Com periodicidade anual, as FCB têm por objetivo identificar, por meio de cruzamentos sistemáticos de bases de dados, indícios de irregularidades em benefícios, propondo, quando couber, ações de controle e medidas que mitiguem o risco de pagamentos indevidos e que busquem aperfeiçoar os controles internos das instituições fiscalizadas².

Neste passo, em outrora, o Programa Bolsa Família teve vários aspectos analisados, mas notadamente houve aumento das seguintes irregularidades em relação aos beneficiários: CPF cancelado, anulado ou suspenso na base da Receita Federal, declaração de ajuste de IRPF, favorecido de pagamento no Siafi, sócio ou diretor de empresa que recebeu pagamento no Siafi e sócio de empresa com capital social superior a R\$ 100 mil. Para essa constatação foram aplicados testes na folha de pagamentos do Bolsa Família.

Ademais, tendo em lume o cenário fiscal nacional, convém acentuar que com uma gama de atendimento em torno de 126 milhões de pessoas, o Bolsa Família é considerado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como menos prejudicial à econômica do que

2 <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/pagamentos-de-beneficios-assistenciais-sao-acompanhados-pelo-tcu.htm>





medidas de desoneração da cesta básica³, sendo necessário sua manutenção e gestão ser tratada com cautela.

O TCU como órgão de controle externo do Poder Legislativo possui a expertise técnica e a independência necessária para conduzir uma auditoria detalhada, analisando os documentos, procedimentos e evidências relacionados à manutenção e cancelamento 2,9 milhões de pessoas do pagamento do Bolsa Família pelo Governo Lula, dado a repercussão fiscal ao Erário e o custo-efetividade no combate à pobreza. É fundamental que o TCU tenha acesso pleno e irrestrito a todas as informações e documentos pertinentes, garantindo a transparência e a isenção ao processo de auditoria.

Destarte, a realização de auditoria pelo TCU é essencial para assegurar a conformidade das práticas orçamentárias com a legislação vigente e os princípios da transparência e responsabilidade fiscal. A possível violação dos preceitos administrativos e orçamentários é um ato hediondo contra as despesas públicas.

Ademais, a auditoria do TCU pode contribuir para identificar os responsáveis pelas possíveis irregularidades, bem como evidenciar eventuais excessos ou erros por parte do governo, além de propor medidas corretivas para prevenir que situações similares ocorram no futuro, porquanto que a transparência e a integridade na gestão dos recursos públicos são pilares fundamentais da administração pública, e a atuação do TCU é essencial para garantir a observância desses princípios.

Portanto, buscando garantir o interesse público coletivo, e tendo em lume que somente com uma investigação imparcial e rigorosa é possível garantir a transparência, a legalidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos, promovendo a confiança e a credibilidade nas

3 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/economia/para-tcu-bolsa-familia-e-menos-prejudicial-a-economia-que-desoneracao-da-cesta-entenda/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

instituições governamentais, requeiro realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o cancelamento de 2,9 milhões de pessoas do pagamento do Bolsa Família pelo Governo Lula.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de
2023.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

Apresentação: 05/10/2023 13:59:10.700 - CFEC

REQ n.372/2023

